

# BREVES REFLEXÕES SOBRE A TERMINOLOGIA SINTÁTICA NA GRAMATICOGRAFIA DA LÍNGUA PORTUGUESA (SÉCULOS XVI-XVII)\*

**Rogelio Ponce de León Romeo\*\***

 <https://orcid.org/0000-0002-2392-1422>

**Como citar este artigo:** ROMEO, R. P. de L. Breves reflexões sobre a terminologia sintática na gramaticografia da língua portuguesa (séculos XVI-XVII). *Todas as Letras – Revista de Língua e Literatura*, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 1-16, jan./abr. 2022. DOI 10.5935/1980-6914/eLETL15092

**Submissão:** janeiro de 2022. **Aceite:** janeiro de 2022.

**Resumo:** No artigo são estudadas, do ponto de vista da terminologia gramatical, algumas expressões utilizadas pelos gramáticos da língua portuguesa dos séculos XVI e XVII nos capítulos sintáticos das suas gramáticas; nomeadamente, aqueles que designam as funções sintáticas principais. Para tal, é apresentado, na primeira parte do trabalho, um quadro metodológico no qual se fundamenta a análise dos termos sintáticos selecionados. Na segunda parte, são estudados, tendo em conta alguns dos parâmetros estabelecidos para o efeito, os termos que veiculam, nas gramáticas, os conceitos relativos às relações sintáticas entre os constituintes oracionais, tratando de mostrar, para a tarefa do historiógrafo da linguística, a importância da compreensão e da interpretação da terminologia gramatical.

**Palavras-chave:** Terminologia gramatical. Sintaxis. Gramaticografia. Séculos XVI e XVII. Língua portuguesa.

\* Este trabalho é financiado pelo Centro de Linguística da Universidade do Porto, ao abrigo do programa de financiamento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) de Portugal sob o código UIDB/00022/2020.

\*\* Universidade do Porto, Porto, Portugal. E-mail: rromeo@letras.up.pt

## INTRODUÇÃO

■ **A** necessidade de refletir sobre o tema que nos propomos a abordar no presente trabalho, isto é, uma aproximação ao estudo daquilo que habitualmente se designa como *terminologia gramatical* (ou ainda da *elaboração terminográfica*), adotado pelos autores que compuseram gramáticas ou tratados gramaticais da língua portuguesa durante os séculos XVI e XVII, enquadra-se num tipo de pesquisa historiográfica sobre a qual, como é bem conhecido, Konrad Koerner se debruçou em numerosas ocasiões e que designa como *historiografia da linguística* ou *historiografia linguística* (KOERNER, 1976; KOERNER, 2007, p. 24; KOERNER, 2014, p. 40-42). De acordo com este especialista, a historiografia linguística constitui:

*[...] um tipo de prestação de contas do nosso passado linguístico como uma parte integrante da própria disciplina [a linguística] e, ao mesmo tempo, como uma atividade fundada em princípios bem definidos que podem rivalizar com os da própria “normal science” [...], no que diz respeito à solidez do método e ao rigor da sua aplicação* (KOERNER, 2014, p. 40).

No que toca aos princípios metodológicos para fundamentar esta aproximação científica ao texto metalinguístico histórico, Koerner (1995, p. 15-22) realça dois: a questão da metalinguagem e o argumento de influência de certos autores e obras sobre outros. Devido à importância, evidenciada por este investigador, do primeiro “problema” (o da metalinguagem), gostaríamos de apresentar, como acaba de ser referido, algumas considerações sobre essa questão, nas balizas cronológicas indicadas, tendo como referência, no âmbito do texto metagramatical, os capítulos que descrevem a sintaxe. É nossa intenção que este artigo, na esteira de outros trabalhos sobre o tema – como a excelente investigação levada a cabo por José Jesús Gómez Asencio e Filomena Gonçalves (2015) sobre o uso da terminologia na *Gramática castellana* (Salamanca, 1492), de Antonio de Nebrija (1441?-1522), e na *Grammatica da lingua portuguesa* (Lisboa, 1540) de João de Barros (1496?-1570) –, constitua o ponto de partida para um estudo mais alargado e aprofundado sobre a terminologia gramatical da língua portuguesa – e da latino-portuguesa – durante os séculos XVI, XVII e XVIII.

## ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

Tendo, por conseguinte, como referente metodológico a abordagem historiográfica que defende Koerner, parece-nos pertinente encarar o objeto de estudo em análise a partir de certas “variáveis” ou “princípios” (BATISTA, 2013, p. 75-77), que, no atinente ao estudo da terminologia gramatical, o autor alemão apresenta:

1 Servimo-nos da expressão *elaboração terminográfica* para dar conta dos diferentes procedimentos – por exemplo, a transferência dos termos da(s) fonte(s), a sua naturalização, a criação terminológica, através do calco semântico ou morfológico... – de que se vale o gramático para configurar a terminologia para designar os factos de gramática no processo de composição da sua obra – o que se pode designar como *elaboração gramaticográfica*. Nessa perspetiva, o uso do adjetivo “terminográfico” afasta-se da atividade que expressa o substantivo “terminografia”, também relevante para o historiógrafo da linguística, como refere Pierre Swiggers (2006, p. 15): “Par ‘terminographie’, nous entendons l’ensemble des ‘activités’ et, plus particulièrement, leurs concrétisations sous une forme langagière écrite qui prennent comme objet la / une / des terminologie(s): l’activité terminographique est un travail réflexif, de nature systématique, qui implique (a) la compilation et une lecture (critique) de terminologies, et (b) une analyse historiographique et / ou méthodologico-épistémologique (cette dernière passant obligatoirement par une comparaison de terminologies)”. Para os objetivos do presente trabalho, insistimos em que empregamos o termo num sentido nitidamente diferente.

são o clima de opinião – “[l]inguistics ideas have never developed quite independently of other intellectual currents of the time” (KOERNER, 1995, p. 17) –, o princípio de imanência – “[t]he general framework of the theory under investigation as well as the terminology used in the text must be defined internally and not with reference to modern linguistic doctrine” (KOERNER, 1995, p. 18) – e o princípio da adequação:

*Only after the first two preceding principles have been followed [...], may the historiographer venture to introduce, albeit very carefully and by stating this procedure explicitly, modern approximations of the technical vocabulary and a conceptual framework that would allow a better appreciation of a given work, concept, or theory* (KOERNER, 1995, p. 18).

Da proposta deste autor, pode deduzir-se que os dois primeiros princípios aplicam-se ao texto metalinguístico histórico sem ter em conta o *horizonte atual* de conhecimento linguístico. No entanto, em nossa opinião, o primeiro distingue-se do segundo se tivermos em consideração a noção de *perspetiva* (BATISTA, 2013, p. 55-65; BASTOS, 2020; BATISTA, 2020, p. 44-45), introduzida por Pierre Swiggers (2009a, p. 70), que, no âmbito do trabalho historiográfico, diferencia uma *perspetiva interna*, de análise “intrínseca”, das ideias linguísticas do objeto de estudo, e uma *perspetiva externa*, de análise do “enquadramento”, do objeto de estudo no contexto em que ele surge. Ora, nesta segunda perspectiva, o princípio relativo ao ambiente intelectual parece-nos ser essencial, bem como, na primeira, a aplicação do princípio de imanência deve ser incontornável. No que toca ao terceiro princípio, este, de facto, deve constituir uma das principais preocupações do investigador em historiografia linguística, como podemos deduzir das palavras, acima referidas, do investigador alemão. Nesta perspectiva, o “problema” da análise da terminologia<sup>2</sup> deveria enquadrar-se na vertente designada por Swiggers (2004, p. 116, 2009a, p. 71-72, 2013, p. 44) como *meta-historiografia*:

*Nos parece que lo más necesario en metahistoriografía es (I) analizar y definir conceptos operativos en la historiografía – que sean conceptos de periodización, conceptos de interpretación evolutiva, conceptos de descripción de contenidos –, y (II) forjar un cuadro conceptual (y terminológico) que permita establecer relaciones entre conjuntos terminológicos específicos, ligados a una u otra teoría (o escuela), y el “lenguaje” del historiador (o el lenguaje con que se realiza la comunicación entre el historiador y su público)* (SWIGGERS, 2009a, p. 72).

De acordo com a observação do investigador belga que se acaba de reproduzir, com efeito, um dos focos da atenção centra-se no discurso do historiógrafo da linguística, no sentido de “adaptar” a análise metalinguística realizada do nosso objeto de estudo para o aproximar do nosso (potencial) público.

No entanto, a abordagem subjacente no presente trabalho orienta-se num sentido diferente: o ponto de partida da nossa reflexão é constituído por aquilo que Swiggers (2009b, p. 14) designa como *dimensão conceitual da terminologia*. A este respeito, o autor explica que:

2 Assumindo a distinção estabelecida por Swiggers (2006, p. 15) entre conceitos como *terminologia* – “l’ensemble de termes techniques faisant partie d’un vocabulaire ‘théorique’ (circonscrit par rapport à un auteur, une école, une (sous-) discipline, etc.)” – e *metalinguagem* – que abrange aquela: “la terminologie et le vocabulaire, étudiés en rapport avec leur champ d’applicabilité et leur fonctionnement syntaxique, qui sont mis en oeuvre, dans l’étude d’un champ d’objets spécifiques, par un auteur, par une école, par une (sous-) discipline, etc.” –, dados os objetivos e os limites do presente estudo, optamos por analisar a terminologia.

[...] los términos lingüísticos se refieren a “hechos” de lengua(s), pero no son marbetes neutros, sino medios por los cuales se instaura una relación conceptual con realidades lingüísticas. Es decir: la terminología lingüística es un “sistema nocional”. La tarea, crucial pero a veces muy compleja, del historiador de la terminología lingüística (o: de una terminología lingüística particular que forma el objeto de su estudio), consiste en definir la naturaleza del sistema nocional (una naturaleza que no solamente puede variar según la época o según la tradición, sino también según el objetivo concreto del autor del cual se estudia la terminología (SWIGGERS, 2009b, p. 14).

Nessa ótica, pretendemos analisar o emprego dos termos metalinguísticos referidos a noções sintáticas acerca da língua portuguesa – no período cronológico já indicado –, como formas que denotam, em princípio, um significado gramatical preciso. Por conseguinte, não nos debruçaremos sobre a narrativa dos historiógrafos da linguística, mas sobre a dos próprios gramáticos portugueses seiscentistas e setecentistas, porquanto julgamos não ter sido – com notáveis exceções (GÓMEZ ASECIO; GONÇALVES, 2015) – o objeto de estudo por parte dos investigadores da historiografia linguística do português. Para este efeito, estabelecemos como ponto de partida para este e para futuros trabalhos nesta área cinco parâmetros que consideramos pertinentes e aos quais subjazem, em maior ou menor medida, os princípios acima referidos, propostos por Koerner e por Swiggers. Com base neles, pretendemos estudar a terminologia gramatical como:

1. manifestação das estratégias de adaptação da fonte gramatical;
2. formas denotadoras de *significado dinâmico* que dizem respeito, como refere Swiggers (2009b, p. 16), às alterações conceituais veiculadas por um termo ao longo do tempo;
3. elementos de *ancoragem* ao ambiente intelectual em que a obra é elaborada;
4. manifestação da capacidade de inovação gramatical do autor;
5. formas para a filiação entre as obras metagramaticais.

Estes parâmetros constituem, para já, uma proposta provisória que pode vir a ser alterada ou alargada. No presente artigo, são considerados os dois primeiros – embora, dado o grau de inter-relação destas variáveis, se faça, de forma pontual, referência aos restantes –, tendo como referência o *corpus*, bem conhecido, das obras metagramaticais da língua portuguesa publicadas nos séculos XVI e XVII:

- Fernão de Oliveira (1507-1581), *Grammatica da lingoagem portuguesa*, Lisboa, Germão Galharde, 1536.
- João de Barros, *Grammatica da lingua portuguesa*, Lisboa, Luís Rodrigues, 1540.
- Amaro de Roboredo, *Methodo grammatical para todas as linguas*, Lisboa, Pedro Craesbeeck, 1619.
- Bento Pereira (1605-1681), *Ars grammaticae pro lingua lusitana addiscenda*, Lyon, Laurent Anisson, 1672.

Nele, como se pode apreciar, é incluída a *Grammatica da lingoagem portuguesa*, de Fernão de Oliveira, apesar de, como é bem conhecido (BUESCU, 1978, p. 53;

COSERIU, 2000, p. 50; FRANCO; SILVESTRE, 2012, p. 24-25), o humanista aveirense quase não desenvolver, no seu tratado, a sintaxe. Contudo, o distanciamento da tarefa metagramatical de Oliveira a respeito da fonte, em nosso entender, produz consequências assinaláveis na elaboração da terminologia sintática, como mais adiante se verá.

### **A TERMINOLOGIA (SINTÁTICA) COMO MANIFESTAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DE ADAPTAÇÃO AO MODELO DE REFERÊNCIA**

Como acaba de ser referido, a terminologia gramatical pode ser analisada como, por assim dizer, *indicadora* do tipo de estratégia de adaptação do modelo de que se serve o autor para elaborar a sua gramática. A noção de estratégia de adaptação, no âmbito de uma abordagem interpretativa da investigação historiográfica (SWIGGERS, 2004, p. 125), foi introduzida e desenvolvida por Swiggers (1997, p. 111-118), inicialmente para analisar a relação teórica e estrutural das primeiras gramáticas vulgares – nomeadamente, das do francês e do italiano, compostas no século XV – com o modelo latino – em concreto, a *Ars minor*, de Êlio Donato: “[l]es premières grammaires des vernaculaires romans appliquent un certain nombre de stratégies de transformation (ou d’adaptation) au modèle gréco-latin hérité [...]” (SWIGGERS, 1997, p. 117). O investigador belga apresenta cinco estratégias de adaptação gerais:

- i) *transferência direta*: “TRANSFERT DIRECT de classes plus ou moins équivalentes au niveau formel [...]” (SWIGGERS, 1997, p. 117);
- ii) *translação*: “TRANSLATION des accidents pour lesquels il y a une correspondance sémantique et une analogie formelle [...]” (SWIGGERS, 1997, p. 118);
- iii) *emprego parcial*: “SOUS-EMPLOI du modèle latin, dans le cas où une classe de formes du latin n’a pas d’analogon formel [...]” (SWIGGERS, 1997, p. 118);
- iv) *alargamento*: “ELARGISSEMENT du modèle latin par de nouvelles sous-classes ou de nouvelles distinctions formelles [...]” (SWIGGERS, 1997, p. 118);
- v) *afastamento*: “ABANDON du modèle latin: le schéma latin disponible est écarté en faveur d’une nouvelle description [...]” (SWIGGERS, 1997, p. 118).

De acordo com a proposta de Swiggers, julgamos poder servir-nos dela para determinar em que medida ou de que forma foram adaptados termos da fonte latina para a gramaticografia da língua portuguesa.

Importa, a esse respeito, confrontar, nos quatro gramáticos, por um lado, as formas com as quais são designadas as funções sintáticas e, por outro, os termos empregues para a expressão da tipologia sintática do verbo, informação que é apresentada no seguinte quadro:

**Quadro 1** – Designação das funções sintáticas

Oliveira (1536)	Barros (1540)	Roboredo (1619)	Pereira (1672)
<p>A diferença q̃ tẽ os casos dos artigos e q̃ no premeiro caso a q̃ os latinos chamão noĩatiuo τ nos lhe podemos chamar p̃positiuo pola rezão q̃ daremos q̃ daremos q̃ndo falaremos da natureza dos casos τ da composiçã da lĩgua mas não nesta obra: neste p̃meiro caso os artigos masculinos acabão ã .o. peq̃no no singular. E os femeninos ã .a. peq̃no. τ no segũdo caso a q̃ os latinos chamão genitiuo τ nos assi lhe podemos chamar ou possessiuo tambẽ neste acabão em vogaes peq̃nas os artigos o masculino ã .o. τ o femenino em .a. mas no terceiro caso a q̃ nos τ os latinos chamamos datiuo. acabão os masculinos ã .o. grãde τ os femeninos em .a. grande: τ no derradeiro a q̃ os latinos chamão accusatiuo: τ nos pospositiuo: acabão em .o. peq̃no: os</p>	<p>Do regimento dos uerbos ou sam pessoaes, ou impessoaes. Pessoaes sam os que tẽ nũeros e pessoas: como Amo, amas, ama, amamos, amãyes, amam, Onde clãramẽte uemos dous nũmeros, singular e plurãr, e cada hũ tres pessoas, amo, a primeira, amas, a segunda, ama, a terceira etc. Estes verbos pessoaes, ou pãssa a sua auçãm em outra cousa, ou nam. Os que pãssam chamãlhe os latinos trãsituios. Que q̃er dizer pasadores: como, eu amo a ciencia, a auçãm do quãl uerbo, amo, pãssa na ciẽcia. Estes trãsituios tẽ diuerso regimẽto, por q̃ hũus regẽ genitiuo, outros datiuo, outros acusatiuo, outro dtõ e acusatiuo (f. 31vº). Casos, sam os termos per onde os nomes pronomes e partiçipios põdem andãr, os quães</p>	<p>O Nome posto em <b>Nominativo</b> concorda com o Verbo Pessoal posto na terceira Pessoa em Número sãmte (p. 72). Alem de ser o <b>Accusativo</b> regido de algũas Preposições [...] he regido de Verbo. Porem este Verbo regente ou hé <b>Activo incerto</b>, que passa sua actividade sobre <b>Accusativos incertos</b>, τ se não lhes assinamos algum delles, nos suspende a orelha com a signifiçãõ: ou he <b>Activo certo</b>, que passa sua actividade em hum sãm Accusativo, que dẽtro em si encerra, ou a passa em algum destes Accusativos Me, Te, Se, Nos, Vos, Se, os quaes por faceis de entender naõ he necessario declaralos, nem suspende a orelha com sua signifiçãõ [...] (p. 50).</p>	<p>Verba Lusitana sive personalia, sive impersonalia sunt in triplice genere: Quia vel sunt <b>activa</b>, vel <b>passiva</b>, vel <b>neutra</b>. Verbum personale activum est quod in omnibus modis, temporibus, &amp; personis servat suam significationem absque juvamine verbi substantivi [...]. Verbum personale passivum est quod in omnibus modis, temporibus, &amp; personis habet suam significationem, sed cum juvamine verbi substantivi, &amp; participii sui praeteriti [...]. Verbum hoc appellatur neutrum, quia nec est vnum, nec est alterum, scilicet nec est activum, nec passivum [...]. In lingua Lusitana non dantur verba communia, nec deponentia, sicut dantur in Latina: <b>omnia enim Lusitana verba sunt vel activa, vel passiva, vel neutra</b><sup>3</sup> [...] (p. 34-35).</p>

(continua)

3 "Os verbos portugueses, tanto pessoais como impessoais, são de três tipos: ativos, passivos e neutros. O verbo pessoal ativo é aquele que, em todos os modos, tempos e pessoas, conserva o seu significado sem o auxílio do verbo substantivo [...]. O verbo pessoal passivo é aquele que em todos os modos, tempos e pessoas, expressa o seu significado, mas com o auxílio do verbo substantivo e do participio de pretério do verbo respetivo [...]. O verbo neutro é chamado assim porque não é nem do primeiro tipo, nem do segundo, isto é, nem ativo, nem passivo [...]. Na língua portuguesa não há verbos comuns, nem depoentes, como acontece na latina; portanto, todos os verbos portugueses ou são ativos, ou passivos, ou neutros". A tradução para o português deste e dos seguintes fragmentos em latim é de nossa autoria.

**Quadro 1** – Designação das funções sintáticas (conclusão)

Oliveira (1536)	Barros (1540)	Roboredo (1619)	Pereira (1672)
masculinos. τ os femeninos em .a. peño. τ no plural todos estes acabão nesta letras .s. acreçêta sobre o seu singular [...] (f. Dviiv <sup>o</sup> ).	termos dado que nã mudẽ a sustança do nome: gouernã a ordem da oraçam mediante o uerbo. <b>E</b> <b>por que (...) por</b> <b>sermos filhos da</b> <b>língua latina, temos</b> <b>tanta conformidade</b> <b>comella, que conuẽ</b> <b>usármos dos seus</b> <b>termos:</b> <b>principalmente em</b> <b>cousas que tem</b> <b>seus próprios</b> <b>nomes, dos quães</b> <b>nã deuemos fogir</b> (f. 11r. <sup>o</sup> ).		

Das informações registadas no Quadro 1, pode ser estabelecida uma primeira sincronia, na qual se integram o tratado de Fernão de Oliveira e a gramática de João de Barros. No que toca à *Grammatica da lingoagem portuguesa*, já foi sublinhado pelos investigadores (COSERIU, 2000, p. 51-52; FERNANDES, 2008, p. 128-129; FRANCO; SILVESTRE, 2012, p. 31-32; PONCE DE LEÓN, 2020, p. 215-216) o critério inovador da criação terminológica para fazer referência aos casos (*nominativus* → *prepositivo*; *genitivus* → *possessivo*; *acusativus* → *pospositivo*), denotando, como refere Eugenio Coseriu (2000, p. 51), não apenas os casos, como também – e muito especialmente – as funções sintáticas. A esse respeito, no que se refere aos termos *prepositivo* e *pospositivo*, Oliveira, muito possivelmente, no processo de elaboração terminográfica, inspirou-se em dois termos habituais na gramática medieval – quer a especulativa, quer a escolar – para a descrição sintática; estamos a referir-nos às expressões *suppositum* e *appositum* (ROSIER, 1983, p. 165-171; COVINGTON, 1984, p. 69-71; PÉREZ RODRÍGUEZ; LOZANO GUILLÉN, 1988). Se a hipótese que aventamos for plausível, tratar-se-ia de um calco morfológico e não de um calco semântico, e reforçaria o teor inovador da tarefa terminográfica de Oliveira<sup>4</sup>, a qual nos parece refletir o tipo de estratégia de adaptação assumida, que poderá identificar-se com o alargamento do modelo gramatical de referência<sup>5</sup>.

Importa, ainda, realçar a estratégia textual de que Oliveira se serve, segundo a qual se explicita a designação habitual na fonte de referência, para, logo a seguir, passar a indicar os termos adotados para o português. Este também constitui um procedimento geral no discurso gramaticográfico de João de Barros

4 Veremos mais adiante que o termo *suppositum*, como na gramaticografia de outras línguas nacionais, foi aproveitado, por meio da naturalização, pelos gramáticos da língua portuguesa dos séculos XVI e XVII, como João de Barros ou Amaro de Roboredo.

5 Este critério é especialmente visível na classificação de tipo lexical que se apresenta na *Grammatica da lingoagem portuguesa* (COSERIU, 2000, p. 45-47; FRANCO; SILVESTRE, 2012, p. 20-21), com repercussões decisivas no processo de elaboração terminográfica.

(BUESCU, 1984, p. 69), como se ilustra na passagem reproduzida no Quadro 1. No entanto, se confrontarmos a proposta de Oliveira com a descrição sintática que apresenta João de Barros – que obedece, em nossa opinião, a uma estratégia de adaptação de translação, relativamente à fonte, isto é, as *Introductiones latinae* (Salamanca, 1481) de Antonio de Nebrija (1441-1522), bem como, vale a pena realçá-lo, a *Gramática castellana* (Salamanca, 1492), do mesmo autor (GÓMEZ ASENCIO; GONÇALVES, 2015, p. 112-113; SCHÄFER-PRIESS, 2019, p. 13-14) –, podem deduzir-se neste último critérios de elaboração terminográfica mais conservadores que aqueles que propõe Oliveira – pelo menos, no que toca à expressão dos casos –, porquanto Barros traslada para o português, por meio da naturalização, a designação dos casos (BARROS, 1540, ff. 11r<sup>o</sup>-12r<sup>o</sup>)<sup>6</sup>. De facto, o humanista de Viseu refere este facto no início da sua gramática, ao explicitar a abordagem gramatical adotada, a qual não é “segũdo conuẽ a ordẽ da Grãmatica speculatiua, mas como require a preçeiuiua: **usando dos termos** da Grãmatica latina cuios filhos nós somos, por nam degenerar della” (BARROS, 1540, f. 2v<sup>o</sup>).

O discurso metalinguístico destes dois gramáticos parece-nos ser a manifestação de duas atitudes opostas no atinente à configuração normativa do português durante a primeira metade d: na *Grammatica da lingoagem portuguesa*, assume-se uma posição heterodoxa, profundamente crítica à tendência relatinizadora – de aproximação linguística ao modelo latino renascentista (BUESCU, 1984, p. 68; PAIVA, 1986) –; pelo contrário, Barros defende o português como a língua nacional mais próxima ao latim (PONCE DE LEÓN, 2020, p. 215-217). Note-se, a este respeito, que, como acabamos de ver na passagem citada acima, o procedimento de naturalização para a designação dos factos gramaticais é explicitado na gramática de Barros precisamente como uma consequência da aproximação linguística do português em relação ao latim, com claras implicações no estabelecimento da norma portuguesa quinhentista. No entanto, desta observação não deveríamos inferir que Barros se limita, de forma “acrítica e crua”, a verter a terminologia gramatical do latim para o português: interessa, no que toca à descrição sintática do verbo, realçar o esforço de Barros para aproximar a metalinguagem do contexto cultural e linguístico português, através do procedimento de confronto explícito de termos (latim-português) – sistemático na gramática barrosiana. Uma ilustração deste esforço pode ser observada, no Quadro 1, no uso do termo *passadores*, como expressão equivalente a *transitivos*. Contudo, Barros opta, ao referir-se a este tipo de verbo, por utilizar a expressão latina, e não a equivalente portuguesa: “Os uerbos que regem acusatiuo, própriamẽte sam os trãsituios: como, Amo a uirtude, auorreço a uiço, leo os liuros, aprendo ciência, ouço grammática, e gãho honrra” (BARROS, 1540, f. 31v<sup>o</sup>).

No que se refere aos autores que publicam as suas obras no século XVII – Amaro de Roboredo e o jesuíta Bento Pereira –, o emprego de terminologia linguística, de novo, revela uma íntima relação entre as obras gramaticais e o modelo de referência latino, que obedece a fatores de tipo teórico e metodológico. No *Methodo grammatical* roborediano, o facto de o confronto gramatical do latim

6 Para certos casos, como o genitivo, Barros opta por indicar termos alternativos: “Ao segundo caso chamam, Genitivo, e dizem algũus latinos que lhe conuem este nome por gerãr os outros casos. E outros lhe chamam caso possessiuo e interrogatiuo, por nelle estãr o senhor da cousa, como se preguntãsem. De quem e esta arte de grammãtica? Pódesse responder, do príncipe nõsso senhor” (BARROS, 1540, f. 11v<sup>o</sup>). No entanto, opta por utilizar, na descrição gramatical, a forma naturalizada.

com o português constituir um procedimento metodológico sistemático determina o emprego da terminologia gramatical, que terá como claro referente a gramática latina. Não admira, por conseguinte, que seja mantida, como não poderia deixar de ser, a designação dos casos, quer na descrição do nome (KOSSARIK, 1997, p. 436; PONCE DE LEÓN, 2002, p. 511-512; FERNANDES; ASSUNÇÃO, 2007, p. lxi-lxii; SCHÄFER-PRIESS, 2019, p. 194), quer – o que interessa mais para o presente trabalho – na expressão das relações sintáticas (PONCE DE LEÓN, 2002, p. 514-517; FERNANDES; ASSUNÇÃO, 2007, p. lxxxi-lxxxviii). No que toca à vertente teórica, é sobejamente conhecida a dívida do pensamento linguístico roborediano com a gramática racionalista, desenvolvida na segunda metade do século XVI por Francisco Sánchez de las Brozas, o Brocense (1523-1600), com decisivas consequências na descrição sintática (SCHÄFER, 1990, p. 65-68; KOSSARIK, 1997, p. 433-438; PONCE DE LEÓN, 2002, p. 508-517; FERNANDES; ASSUNÇÃO, 2007, p. xxx-cxii; SCHÄFER-PRIESS, 2019, p. 18). Com efeito, o estabelecimento pelo Brocense de uma estrutura sintática oracional subjacente, constituída por dois elementos – *nominativus* y *verbum* (com o seu complemento, o *accusativus*) (SÁNCHEZ DE LAS BROZAS, 1995 [1587], p. 240) – será assumido por Amaro de Roboredo, com repercussões na descrição sintática do verbo, como se pode apreciar no Quadro 1, ao ponto de distinguir entre *ativos incertos* – aqueles verbos que regem qualquer tipo de acusativo – e *ativos certos* – aqueles que regem um acusativo integrado semanticamente no significado do verbo (ROBOREDO, 2007 [1619], p. 82-83). Estas expressões parecem ser uma inovação do gramático trasmontano para a descrição gramaticográfica da língua portuguesa e para a latino-portuguesa, no quadro da estratégia de traslação do modelo gramatical racionalista.

No que toca à *Ars grammatica pro lingua lusitana addiscenda*, de Bento Pereira, o processo de elaboração terminográfica parece-nos, *mutatis mutandis*, paralelo àquele que Amaro de Roboredo encara, porquanto o fator metodológico impulsiona o autor a compor a gramática – cujo objetivo principal seria a aprendizagem do português como língua estrangeira (PONCE DE LEÓN, 2006, p. 14-15; FERNANDES, 2008, p. 133; FERNANDES, 2009; SCHÄFER-PRIESS, 2010, p. 126) – no latim, com as evidentes consequências no plano da elaboração metalingüística, no sentido de já não naturalizar a terminologia gramatical, mas de transferi-la – ou não –, decisão sem dúvida determinada pelo facto de a língua veicular da obra ser o latim. De acordo com a tipologia de estratégias de adaptação proposta por Swiggers, atendendo ao fragmento da *Ars grammaticae* reproduzida no Quadro 1, podemos concluir que o jesuíta alentejano adapta, através do *emprego parcial*, a matéria gramatical da fonte latina – que são os *De institutione grammatica libri tres* (Lisboa, 1572), do jesuíta madeirense Manuel Álvares (1526-1583) (SCHÄFER-PRIESS, 2019, p. 23) –, filtrando as classes de verbos que não existem na língua portuguesa. Por seu turno, no que se refere à escolha da terminologia gramatical, como se pode observar no Quadro 1, a transferência, favorecida pelo contexto intralingüístico, constitui o procedimento geral no processo de elaboração terminográfica, porquanto, na proposta tripartida de Pereira para a classificação sintática do verbo, esse autor se serve das mesmas formas que na gramática latina (*activa/passiva/neutra*).

Contudo, no capítulo dedicado à sintaxe (PEREIRA, 1672, p. 200-204), o jesuíta abandona parcialmente o modelo de referência, porquanto, para a descrição sintática do português, se afasta dos eixos de concordância e regência para

partir da noção que se poderá designar como *variação externa* (*mutatio extrinseca*) – ou aquela que materializa as relações sintáticas por meio da combinação dos artigos e das preposições (*particulae* o *articulī*) –, perante a *variação interna* (*mutatio intrinseca*), que assegura as funções sintáticas por meio dos morfemas casuais:

*Dixi (non habent [nomina] varietatem casuum in se ipsis) quia licèt in se ipsis non mutantur acceptis characteribus diuersis, tamen [...] à quibusdam particulis, seu articulis accipiunt quandam extrinsecam mutationem, qua aequipollent nominibus Latinorum casus diversos per intrinsecam mutationem habentibus tam in singulari, quàm in plurali* (PEREIRA, 1672, p. 201)<sup>7</sup>.

Neste contexto, as expressões *mutatio intrinseca* e *mutatio extrinseca* parecem configurar-se como termos metalinguísticos para designar noções centrais no pensamento sintático de Pereira. Pelo contrário, não são utilizadas as formas *concordantia/rectio* porque as noções que estes termos veiculam, na *Ars grammaticae*, não têm relevância.

### AS EXPRESSÕES METALINGUÍSTICAS COMO ELEMENTOS PORTADORES DE SIGNIFICADO DINÂMICO

Na parte final do presente estudo, parece-nos pertinente esboçar um aspeto fulcral para a tarefa do historiógrafo da linguística, que se prende com a análise da evolução do significado que um termo pode exprimir ao longo do tempo. A este respeito, num trabalho sobre os verbos impessoais na gramaticografia da língua portuguesa dos séculos XVI e XVII, analisámos (PONCE DE LEÓN, 2019) a denotação do termo *soposto* na seguinte passagem da *Grammatica da lingua portuguesa* de João de Barros (1540, f. 19r<sup>o</sup>):

*Chamam os latinos uerbo Impesoál, todo aquelle q̃ se coniuga pelas terçeras pessoas do numero do singular, e nam tem primeira nẽ segunda pessoa. Estes uerbos impesoães, sam em duas maneiras, a hũus chamam da uóz autiua, e outros da uóz passiuua. Os da uóz autiua acerca de nós sam, releua, compre, cõuem, acontece, e outros semelhantes que quẽrem antes desy o caso datiuo e depois desy hum uerbo do módo infinitiuo, per semelhante exẽplo: Aty releua aprender ciencia, e amy conuem dár doutrina. Estes uerbos coniuganse per todolos tempos e módos com este caso datiuo por **soposto**, dizẽdo. Amy, aty, aelle, a nós, a uós, e a todolos hómẽes releua, compre, cõuem, falar uerdade. Os uerbos impesoães da uóz passiuua, açerca dos latinos sempre denótam auçam cõ generalidãde de obrar: e própriamente uem de todolos uerbos neutros. ausolutos. Nós nam temos estes uerbos, mas quando falãmos por este módo, tomãmos o uerbo ã terçera pessoa do nũero singular, e este pronome da terçera pessoa, se, e reciprocãdo, dizemos, No páço se pragueia fortemente.*

O uso do termo *suposto* – cujo equivalente latino é relativamente frequente na gramaticografia latino-portuguesa do século XVI e ainda na do século XVII – resulta da naturalização da forma *suppositum*, que, junto com *appositum*, eram

7 “Disse que os nomes não têm variação de casos em si mesmos, porque, embora em si mesmos não mudem através da assunção de diversas marcas [...], assumem, no entanto, por meio de certas partículas ou artigos, uma alteração externa, pela qual são equiparados aos nomes latinos que têm, tanto no singular como no plural, diversos casos devido a uma alteração interna”.

utilizadas, como foi referido acima, na gramática medieval; parecem ter sido utilizadas pela primeira vez na obra gramatical de Petrus Helias (cc. 1100-post. 1160), intitulada *Summa super Priscianum* (cc. 1150), e procedem da lógica (PÉREZ RODRÍGUEZ; LOZANO GUILLÉN, 1988, p. 290); designam uma função sintático-semântica realizada pelo substantivo, seja qual for o caso em que estiver, que se situa no início da oração (PÉREZ RODRÍGUEZ; LOZANO GUILLÉN, 1988, p. 292-306). No fragmento da gramática barrosiana que se acaba de reproduzir, o termo *soposto* – bem como *antes desy* – é utilizado para designar as propriedades sintáticas do dativo, enquanto sujeito nocional do verbo, em orações impessoais como “a todolos hómẽes releua”. Consequentemente, o seu uso é coerente com o valor preciso desta expressão que aparece na gramática medieval, o que, em nossa opinião, constitui um indício do vínculo entre a descrição sintática proposta por Barros – ou, pelo menos, aquela que se aplica à análise dos verbos impessoais – e a gramática medieval ou de transição<sup>8</sup>.

Contudo, esse termo – ou a sua correspondência latina, *suppositum* –, na época em que Barros compõe a sua obra gramatical, começava a ser utilizado com um valor tecnicamente diferente. Importa, a este respeito, atentar ao comentário sobre os verbos impessoais que aparece nas *Introductiones in latinam grammaticen* (1495) de Antonio de Nebrija (1540 [1495], f. lxxv<sup>o</sup>):

*Postea quam in superioribus de verborum personalium constructione disseruimus, consequens est, ut de impersonalibus disputetur. Cumque impersonalium genera sint duo, hoc est actiuæ vocis, et possiuæ [sic] vocis, primum agit de verbis impersonalibus vocis actiuæ, quæ rursus [sic] in quinque species diuidit. Prima verborum impersonalium. Si bene horum verborum naturam constructionemque excutias, personalia sunt, quoniam suppositum habent, aut expressum, aut implicitum. Cicero pro Plancio: si quid mea minus interest, id te forte magis delectat. Idem pro eodem, non solum quid cuique debeam, sed quid cuiusque intersit. Idem pro Sylla. vestra enim hoc maxime interest. Quod si cum infinitiuis hæc verba construantur, quis non videt infinitiuum, qui pronomine [sic] rem verbi significante plerumque ponitur, posse illis dare? Tantum namque valet mea interest legere, quantum lectio ad me pertinet. tua refert audire, quantum auditio est tua, vel [...] in re tua est auditio. Hac quoque ratione dicimus senatoris est, vel interest rempublicam gubernare, pro eo quod gubernatio reipublicæ est senatoris, vel est in re senatoris, vel pertinet ad senatorem<sup>9</sup>.*

Se analisarmos com alguma atenção a denotação de *suppositum* no fragmento reproduzido da gramática latina nebrissense, este termo já não designa o

8 Por isso, não podemos estar totalmente de acordo com Maria Leonor Carvalhão Buescu (1984, p. 61) quando realça, em João de Barros, “uma atitude oposta em relação à ‘grammatica speculativa’, atitude na qual o próprio João de Barros insiste ao considerar a sua obra como *arte, preceitua* e não *speculativa*. Nesta posição, coerentemente mantida em relação ao latim [...], Barros é já um gramático *antimedieval*”. Vemos, no entanto, pela análise da terminologia gramatical e das noções que esta exprime, que o objeto de estudo do historiógrafo da linguística torna-se mais complexo do que parecia à primeira vista.

9 “Depois de analisarmos acima a construção dos verbos pessoais, é pertinente discutirmos sobre os impessoais. Como os impessoais são de dois tipos, da voz ativa e da passiva, primeiro iremos tratar dos ativos, que se dividem, por sua vez, em cinco classes. Quanto à primeira classe, se examinamos atentamente a natureza e a construção destas formas, são pessoais, porquanto têm suposto [i. e., sujeito sintático e não nocional], expresso ou subentendido. Cicero, *Pro Plancio*: *Si quid mea minus interest, id te forte magis delectat*. No mesmo discurso: *Non solum quid cuique debeam, sed quid cuiusque intersit*. O mesmo autor, *Pro Sylla*: *Vestra enim hoc maxime interest*. Mas se estes verbos são construídos com infinitivo, quem não vê que o infinitivo – que frequentemente pode substituir o nome que exprime o sentido do verbo respetivo – pode funcionar como suposto daqueles? Pois tanto dá *mea interest legere* como *lectio ad me pertinet*; tanto *tua refert audire* como *auditio est tua* ou *in re tua est auditio*. Dizemos também por este motivo *senatoris est, ou interest rempublicam gubernare*, em lugar das construções seguintes: *gubernatio reipublicæ est senatoris, ou est in re senatoris, ou pertinet ad senatorem*”.

substantivo que ocupa o início da oração – *a parte ante* –, seja qual for o seu caso, mas, de forma inequívoca, o segmento que faz a concordância com o verbo, isto é, o nominativo ou um segmento sintaticamente equivalente. Portanto, na análise dos termos *soposto/suppositum* utilizados por Barros e Nebrija, podemos detetar uma evolução semântica: o humanista andaluz – cujas gramáticas latina e castelhana, apesar da opinião discordante de Maria Leonor Carvalhão Buescu (1984, p. 87-95), João de Barros leu com muita atenção para a composição da sua gramática portuguesa – distancia-se da gramática medieval ao empregar *suppositum* para designar o elemento concordante com o verbo; pelo contrário, Barros – devedor, neste ponto, da descrição sintática medieval – utiliza o termo para denotar, por assim dizer, o *sujeito nocional*.

Destes dois usos divergentes do emprego de *soposto/suppositum* para a designação do sintagma *a parte ante* ou *ante se*, predominou, na gramaticografia do século XVI e ainda do XVII, a de Nebrija. Por exemplo, Amaro de Roboredo (2007 [1619], p. 108), no seu *Methodo grammatical*, utiliza de forma ocasional *supposto* para designar o sujeito sintático da oração:

*Qualquer Verbo Activo pode reger depois de si Accusativo Accusativo, ou o regem as Preposições de Accusativo; ou he na Latina supposto de Infinitivo, que pede antes de si Accusativo: ut, Invenies meum erga te amorem nescire ordinem: et ordinem nescire ab amore meo.*

Apesar de, no fragmento apresentado, se fazer referência, com o termo *supposto*, ao acusativo, e não ao nominativo, como sujeito das construções de infinitivo, Roboredo está a designar com esta forma o sujeito sintático do infinitivo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na conclusão do presente estudo, parece-nos oportuno apresentar uma observação de Miguel Ángel Esparza Torres – um dos especialistas de maior relevo na obra de Antonio de Nebrija – sobre o *problema* da terminologia gramatical:

*Las cuestiones relacionadas con la terminología se cuentan, sin duda, entre las más complejas que se presentan al historiógrafo. Se derivan precisamente de conceptos fundamentales en historiografía como los de semejanza e influencia, paradigma – con sus dificultades – y escenario. El historiógrafo no debe recurrir a términos de un paradigma lingüístico para explicar otro paradigma. Detrás de cada término hay un concepto específico y también un contexto cultural concreto, un paradigma determinado o un modelo claramente caracterizado. En este sentido, es evidente el peligro de oscurecer aquello que se intenta explicar, como lo es también que no siempre resulta posible afrontar una descripción clara sin recurrir a los conceptos que hoy nos resultan familiares (ESPARZA TORRES, 2005, p. 73).*

Este autor, evocando as propostas de Konrad Koerner, reproduzidas no início deste trabalho, reconhece, por um lado, a importância da análise da terminologia – e a sua complexidade – para o trabalho do historiógrafo da linguística, e, por outro lado, os problemas que resultam, na narrativa historiográfica, do emprego de expressões metalinguísticas modernas para descrever e interpretar o objeto de estudo. Na sequência das palavras do investigador espanhol, vimos, nas páginas anteriores, de que forma é importante analisarmos não só a termi-

nologia gramatical “herdada” do modelo de referência, mas também, como metalinguagem especializada, certas expressões comuns, no sentido daquilo que é designado por Gómez Asencio e Gonçalves (2015, p. 90) como formas “tecnicizadas” – é o caso, por exemplo, do adjetivo *passador* para designar, na gramática barroca, os verbos transitivos; ou dos adjetivos *certos* ou *incertos*, para designar, no pensamento linguístico de Amaro de Roboredo, respetivamente, os verbos que regem acusativos internos ou de outro tipo. Nesta análise, afigura-se essencial proceder à “calibragem” da terminologia do objeto de estudo do historiógrafo da linguística (SWIGGERS, 2006, p. 23-25; SWIGGERS, 2009b, p. 27-28). No âmbito da gramaticografia da língua portuguesa – e, especialmente, no quadro da história das ideias sintáticas –, esperamos que trabalhos como este possam servir para avançar no esclarecimento e na interpretação – enquanto “portas de acesso à teoria gramatical”, mas não só – da terminologia sintática.

### **BRIEF REFLECTIONS ON SYNTACTIC TERMINOLOGY IN THE GRAMMATICOGRAPHY OF THE PORTUGUESE LANGUAGE (16TH-17TH CENTURIES)**

**Abstract:** In this paper, some expressions used by grammarians of the Portuguese language of the 16th and 17th centuries in the syntactic chapters of their grammars are studied from the point of view of grammatical terminology; namely, those that designate the main syntactic functions. For this purpose, the first part of the work presents a methodological framework on which the analysis of the selected syntactic terms is based. In the second part, considering some of the parameters established, the terms that designate the concepts related to the syntactic relations between the clause constituents are studied, trying to show, in the task of the historiographer of linguistics, the importance of understanding and interpreting grammatical terminology.

**Keywords:** Grammatical terminology. Syntax. Grammar. Sixteenth and seventeenth centuries. Portuguese language.

### **REFERÊNCIAS**

- BARROS, J. de. *Grammatica da lingua portuguesa*. Ed. fac-sim. Lisboa: Luís Rodrigues, 1540.
- BASTOS, N. B. O fazer historiográfico: dimensões/parâmetros externos e internos. In: BATISTA, R. de O.; BASTOS, N. B. (org.). *Questões em historiografia da linguística: homenagem a Cristina Altman*. São Paulo: Pá de Palavra, 2020. p. 97-116.
- BATISTA, R. de O. *Introdução à historiografia da linguística*. São Paulo: Cortez, 2013.
- BATISTA, R. de O. História e historiografia da linguística: um mapa de orientação. In: BATISTA, R. de O.; BASTOS, N. B. (org.). *Questões em historiografia da linguística: homenagem a Cristina Altman*. São Paulo: Pá de Palavra, 2020. p. 30-49.
- BUESCU, M. L. C. *Gramáticos portugueses do século XVI*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1978.
- BUESCU, M. L. C. *Historiografia da língua portuguesa: século XVI*. Lisboa: Sá da Costa, 1984.

- COSERIU, E. Língua e funcionalidade em Fernão de Oliveira. In: TORRES, A.; ASSUNÇÃO, C. (ed.). *Gramática da linguagem portuguesa de Fernão de Oliveira*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 2000. p. 29-60.
- COVINGTON, M. A. *Syntactic theory in the High Middle Ages: modistic models of sentence structure*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.
- ESPARZA TORRES, M. Á. Sobre metalenguaje e historiografia lingüística. In: GONZÁLEZ RUIZ, R.; CASADO VELARDE, M.; ESPARZA TORRES, M. Á. (ed.). *Discurso, lengua y metalenguaje: balance y perspectivas*. Hamburg: Helmut Busque, 2005. p. 63-87.
- FERNANDES, G. As gramáticas do português de Fernão de Oliveira (1536) e de Bento Pereira (1672). *Confluência – Revista do Instituto de Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, n. 33/34, p. 127-141, 2008.
- FERNANDES, G. A primeira gramática do português como língua estrangeira (Lugduni 1672). In: BASTARDÍN CANDÓN, T.; RIVAS ZANCARRÓN, M.; GARCÍA MARTÍN, J. M. (ed.). *Estudios de historiografía lingüística*. Cádiz: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cádiz, 2009. p. 205-220.
- FERNANDES, G.; ASSUNÇÃO, C. Amaro de Roboredo, gramático e pedagogo português seiscentista, pioneiro na didáctica das línguas e nos estudos linguísticos. In: ROBOREDO, A. de. *Methodo grammatical para todas as línguas*. Ed. fac-sim. Prefácio e Estudo Introdutório Carlos Assunção e Gonçalo Fernandes. Vila Real: Centro de Estudos em Letras – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2007. p. xicii.
- FRANCO, J. E.; SILVESTRE, J. P. Introdução. In: FRANCO, J. E.; SILVESTRE, J. P. (ed.). *Gramática da linguagem portuguesa de Fernão de Oliveira*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2012. p. 7-35.
- GÓMEZ ASECIO, J.; GONÇALVES, F. Terminologia gramatical luso-brasileira dos inícios: de Antonio de Nebrija a João de Barros. *Confluência – Revista do Instituto de Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, n. 49.2, p. 68-116, 2015.
- KOERNER, E. F. K. Towards a historiography of linguistics: 19th and 20th century paradigms. In: PARRET, H. (ed.). *History of linguistics thought and contemporary linguistics*. Berlin: Walter de Gruyter, 1976. p. 685-718.
- KOERNER, E. F. K. Persistent issues in linguistic historiography. In: KOERNER, E. F. K. *Professing linguistic historiography*. Amsterdam: John Benjamins, 1995. p. 3-26.
- KOERNER, E. F. K. La historiografía de la lingüística. Pasado, presente, futuro. In: CORRALES, C.; DORTA, J.; CORBELLA, D. (ed.). *Historiografía de la lingüística en el ámbito hispánico: fundamentos epistemológicos y metodológicos*. Madrid: Arco/Libros, 2007. p. 15-56.
- KOERNER, E. F. K. Ainda sobre a importância da historiografia linguística. In: KOERNER, E. F. K. *Quatro décadas de historiografia linguística: estudos selecionados*. Prefácio Carlos Assunção. Seleção e edição de texto Rolf Kemmler e Cristina Altman. Vila Real: Centro de Estudos em Letras – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2014. p. 29-43.
- KOSSARIK, M. A doutrina linguística de Amaro de Roboredo. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE LINGÜÍSTICA, 12., 1997, Lisboa. *Actas [...]*. Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística, 1997. v. II, p. 429-443.

NEBRIJA, A. *Introductiones in latinam grammaticen*. Granada: Apud inclyta Garnantam [sic] [Sancho de Nebrija, Sebastián de Nebrija], 1540 [1495].

OLIVEIRA, F. *Grammatica da lingoagem portuguesa*. Lisboa: Germão Galharde, 1536.

PAIVA, M. H. Vernaculidad versus relatinização: o testemunho dos gramáticos portugueses quinhentistas. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE LINGÜÍSTICA, 1., 1986, Lisboa. *Actas [...]*. Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística, 1986. p. 380-397.

PEREIRA, B. *Ars grammaticae pro lingua lusitana addiscenda*. Lyon: Laurent Anisson, 1672.

PÉREZ RODRÍGUEZ, E.; LOZANO GUILLÉN, C. “Suppositum” y “appositum” en la teoría sintáctica medieval y su proyección en el Renacimiento. *Minerva – Revista de Filología Clásica*, n. 2, p. 287-332, 1988.

PONCE DE LEÓN, R. O Brocense na teoria gramatical portuguesa no início do século XVII. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Série “Línguas e Literaturas”, Porto, v. 29, p. 491-520, 2002.

PONCE DE LEÓN, R. Un capítulo de la historia de las ideas sintácticas en Portugal: en torno a la teoría sintáctica del *Ars grammaticae pro lingua lusitana addiscenda* (Lyon, 1672) de Bento Pereira. *Forma y Función*, Bogotá, v. 19, p. 11-30, 2006. PONCE DE LEÓN, R. Los verbos impersonales en la gramaticografía portuguesa de los siglos XVI y XVII (a la luz de la gramaticografía latinoibérica). *Beiträge zur Geschichte der Sprachwissenschaft*, Münster, v. 29, n. 1, p. 71-96, 2019.

PONCE DE LEÓN, R. Representações sobre o português na tradição gramatical (portuguesa) dos séculos XVI e XVII: língua e estruturas. In: BASTOS, N. B. (org.). *Língua portuguesa: lusofonia(s), língua(s) e cultura(s)*. São Paulo: Educ/IP-PUC-SP, 2020. p. 209-228.

ROBOREDO, A. de. *Methodo grammatical para todas as linguas*. Ed. fac-sim. Prefácio e Estudo Introdutório Carlos Assunção e Gonçalo Fernandes. Vila Real: Centro de Estudos em Letras – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2007 [1619].

ROSIER, I. *La grammaire spéculative des Modistes*. Lille: Presses Universitaires de Lille, 1983.

SÁNCHEZ DE LAS BROZAS, F. *Minerva o de causis linguae latinae*. Edição Eustaquio Sánchez Salor e César Chaparro Gómez. Cáceres: Institución Cultural “El Brocense”: Servicio de Publicaciones – Universidad de Extremadura, 1995 [1587].

SCHÄFER, B. Amaro de Roboredos *Methodo grammatical para todas as linguas* (1619). In: CAETANO DA ROSA, L.; SCHÖNBERGER, A.; SCOTTIROSIN, M. (org.). *Zur Wissenschaftsgeschichte Lusitanistik*. Akten des 1. Gemeinsamen Kolloquiums der deutschsprachigen Lusitanistik und Katalanistik (Berlin, 20. – 23. September 1990). Frankfurt am Main: TFM, Domus Editoria Europaea, 1990. p. 5574.

SCHÄFER-PRIESS, B. Os modos verbais nas gramáticas latinoportuguesas de Manuel Álvares (1572) e Bento Pereira (1672). *Revista de Letras*, Vila Real, II, v. 9, p. 121-153, 2010.

SCHÄFER-PRIESS, B. *A gramaticografia portuguesa até 1822: condições da sua génese e critérios de categorização, no âmbito da tradição latina, espanhola e francesa*. Vila Real: Centro de Estudos em Letras – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2019.

SWIGGERS, P. *Histoire de la pensée linguistique: analyse du langage et réflexion linguistique dans la culture occidentale, de l'Antiquité au XIXe siècle*. Paris: Presses Universitaires de France, 1997.

SWIGGERS, P. Modelos, métodos y problemas en la historiografía de la lingüística. In: CORRALES ZUMBADO, J. C. et al. (coord.). *Nuevas aportaciones a la historiografía lingüística: actas del IV Congreso Internacional de la SEHL*. La Laguna (Tenerife), 22 al 25 de octubre de 2003. Madrid: Arco/Libros, 2004. v. 1, p. 113-146.

SWIGGERS, P. Terminologie et terminographie linguistiques: problèmes de définition et de calibrage. *Syntaxe et Sémantique*, Caen, n. 7, p. 13-28, 2006.

SWIGGERS, P. La historiografía de la lingüística: apuntes y reflexiones. *Revista Argentina de Historiografía Lingüística*, n. 1.1, p. 67-76, 2009a.

SWIGGERS, P. Terminología gramatical y lingüística: elementos de análisis historiográfico y metodológico. *Res Diachronicae*, n. 7, p. 11-36, 2009b.

SWIGGERS, P. A historiografía da lingüística: objeto, objetivos, organização. *Confluência – Revista do Instituto de Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, n. 44-45, p. 39-59, 2013.